



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1308/2025  
(à MPV 1308/2025)

Dê-se aos arts. 1º e 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Medida Provisória dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução **efetiva**, eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.”

“**Art. 2º** A Licença Ambiental Especial – LAE é ato administrativo **nos termos definidos no inciso XXVI, art. 3º, da Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025.**”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda aprimora a redação dos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, para reforçar a clareza normativa, a segurança jurídica e a uniformidade do ordenamento. **Ao vincular expressamente a definição da Licença Ambiental Especial – LAE ao conceito já estabelecido no inciso XXVI do art. 3º da Lei nº 15.190, de 2025, evita-se a criação de definições paralelas e potencialmente conflitantes.** A coexistência de conceitos distintos, ainda que parecidos, para o mesmo instituto jurídico fragiliza a previsibilidade regulatória, aumenta o risco de interpretações contraditórias e gera insegurança para empreendedores e órgãos licenciadores.

Sob a ótica dos valores liberais, a harmonização normativa é fundamental para garantir um ambiente institucional estável, com regras claras e aplicáveis de forma uniforme. A eliminação de sobreposições conceituais reduz custos de transação, minimiza entraves burocráticos e assegura que o



licenciamento ambiental especial cumpra sua função de forma **efetiva, eficiente e eficaz**, sem abrir espaço para arbitrariedades.

A proposta, portanto, respeita o papel regulador do Estado, mas o delimita de modo a servir ao interesse público por meio da boa governança, da liberdade econômica e da segurança jurídica, criando condições favoráveis ao investimento e ao desenvolvimento sustentável de empreendimentos estratégicos.

Sala da comissão, 11 de agosto de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**

